

Açores continua a ser uma das regiões com menor discriminação no acesso à água em 2020

Num ano caracterizado pela crise pandémica, a [6ª edição do Estudo Comparativo dos Tarifários de Abastecimento de Água de Portugal](#), realizado pela Associação Portuguesa de Famílias Numerosas (APFN), confirma que a discriminação no custo da água para as famílias de maiores dimensões se mantém, considerando o município em que se vive e também a dimensão familiar.

Situam-se nos Açores três dos municípios que apresentaram menores níveis de discriminação no acesso à água: Lajes das Flores¹, Santa Cruz das Flores¹ e Corvo. No TOP 20 do [Ranking da Água](#) de 2020, da 6ª edição do Estudo Comparativo dos Tarifários de Abastecimento de Água de Portugal da APFN, está ainda o município de Santa Cruz da Graciosa (Graciosa) na 14ª posição.

Ainda assim, dentro das ilhas açorianas existem discrepâncias entre municípios. Por exemplo uma pessoa paga por mês 0,75€ se viver no município Lajes das Flores (Flores), ou paga oito vezes mais, que se traduz em 6€ se viver no município da Lagoa (S. Miguel).

Relativamente à dimensão familiar, encontram-se disparidades em todo o país. No caso dos Açores, em Velas (São Jorge) uma família de 7 pessoas paga um total pela água (35,81€/mês) quase treze vezes mais do que uma pessoa sozinha (2,76€/mês), para o mesmo consumo por pessoa.

Em Angra do Heroísmo uma família de 7 pessoas paga em média (0,72€/m³) duas vezes mais do que uma pessoa sozinha (0,32€/m³), por cada m³ de água consumido.

Tarifa fixa e variável com grandes disparidades

Considerando a tarifa fixa, registam-se grandes disparidades: o preço médio nacional fixou-se em 3,23 € por mês, sendo que no Arquipélago dos Açores esta média fixou-se em 2,04€, valor que regista um decréscimo de 2 cêntimos face a 2019.

De salientar que a tarifa fixa é gratuita nos municípios de Corvo, Madalena (Pico) e Vila Franca do Campo (S. Miguel) em todas as dimensões familiares.

A nível nacional, Aveiro é o distrito com a média da tarifa fixa mais elevada (4,97€/mês) e Beja o distrito com a média da tarifa fixa mais baixa (1,80€/mês).

No que se refere à tarifa variável de abastecimento de água, em Portugal, no último ano, o preço médio foi de 0,81€ por cada m³ de água consumida e, no Arquipélago dos Açores, esse preço cifrou-se em 0,59€ por m³ consumido.

O Porto continua a ser o distrito português com a média da tarifa variável mais elevada, com 1,21 euros/m³, e a Madeira é o distrito nacional com a média da tarifa variável mais baixa, 0,34 euros/m³.

Município	Tarifa Fixa (Preço por agregado €/mês)	Tarifa Variável			
		1 Pessoa (Preço por pessoa €/mês)	3 Pessoas (Preço por pessoa €/mês)	5 Pessoas (Preço por pessoa €/mês)	7 Pessoas (Preço por pessoa €/mês)
Angra do Heroísmo	3,05 €	1,15 €	1,98 €	2,58 €	2,58 €
Calheta (R.A.A.)	1,99 €	0,94 €	1,43 €	1,70 €	2,51 €
Corvo	0,00 €	0,79 €	0,79 €	0,79 €	0,90 €
Horta	0,50 €	1,98 €	2,25 €	2,05 €	2,33 €
Lagoa (R.A.A.)	4,06 €	1,94 €	2,03 €	3,15 €	2,67 €
Lajes das Flores	0,75 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Lajes do Pico	3,46 €	1,62 €	2,84 €	3,43 €	3,89 €
Madalena	0,00 €	2,63 €	2,76 €	2,37 €	2,68 €
Nordeste	2,97 €	2,18 €	2,44 €	2,74 €	3,00 €
Ponta Delgada	3,08 €	1,48 €	2,20 €	2,15 €	1,91 €
Povoação	1,65 €	1,62 €	1,89 €	2,21 €	2,49 €
Ribeira Grande	3,50 €	1,80 €	2,50 €	3,00 €	3,21 €
Santa Cruz da Graciosa	1,15 €	0,72 €	1,20 €	1,26 €	1,38 €
Santa Cruz das Flores	1,17 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
São Roque do Pico	2,83 €	1,15 €	1,43 €	1,97 €	2,43 €
Velas	1,50 €	1,26 €	2,15 €	2,68 €	4,90 €
Vila da Praia da Vitória	3,59 €	1,48 €	2,44 €	3,12 €	3,12 €
Vila do Porto	3,50 €	1,62 €	2,20 €	2,50 €	2,35 €
Vila Franca do Campo	0,00 €	1,64 €	2,27 €	2,21 €	2,05 €

Município com tarifa familiar

Município com baixa justiça

Município com elevada justiça

Corrigir distorções no custo da água em Portugal

O nível de justiça do custo da água, em Portugal, no ano de 2020, sofreu um recuo face a 2019.

Em 2020 observou-se um agravamento da discriminação ao nível do local de residência das famílias, através de um aumento das disparidades do preço base da água.

A APFN defende que deve ser considerado o consumo “per capita” de cada casa (com todos os elementos que nela habitam, descendentes e ascendentes) e não o consumo total, para que efetivamente um copo de água custe o mesmo para todos.

No último ano 131 municípios pioraram o seu nível de justiça na dimensão familiar face a 2019. Destas autarquias, 103 contemplam na sua estrutura tarifária a tarifa familiar da água.

Para um aumento do nível de equidade em Portugal, é importante reduzir as disparidades acentuadas no preço base da água e implementar tarifários familiares que venham efetivamente corrigir as graves distorções no custo da água em Portugal.

A APFN chama ainda atenção para a volatilidade que existe no tratamento de alguns tarifários pelos municípios, que fazem registar diferenças anuais significativas, penalizando as famílias e retirando-lhes a capacidade de previsão dos gastos familiares.

Uma iniciativa:

Em 2020 surgiram 10 novos tarifários familiares subindo para 215 (70% do total nacional) o número de municípios com esta tarifa de abastecimento de água. Lisboa, Santarém e Viana do Castelo são os únicos distritos em que todos os seus municípios apresentam tarifários específicos para famílias numerosas.

A APFN chama, no entanto, a atenção para a ineficácia de muitos dos tarifários familiares. A sua construção e eficácia nem sempre responde aos objetivos da sua criação. O objetivo é que um copo de água custe o mesmo para todos, independentemente da dimensão da família e da sua localização geográfica.

Estas são algumas das conclusões da 6ª edição do Estudo da Água promovido pela Associação Portuguesa das Famílias Numerosas (APFN) para o ano de 2020, que pode ser consultado na íntegra [aqui](#). O Estudo da Água foi realizado com o apoio mecenático da Fundação Millennium bcp.

COVID-19

Apesar da deterioração do nível de equidade, a pandemia da COVID-19 fez com que muitas autarquias adotassem medidas excecionais com o objetivo de desagravar a situação social de muitas famílias.

Por serem medidas temporárias, a 6ª edição do Estudo Comparativo dos Tarifários de Abastecimento de Água de Portugal não as integrou na sua avaliação. Dentro destas medidas, ressalvam-se a suspensão temporária do pagamento para famílias em situação de carência económica; redução/isenção até 50% nas tarifas variáveis de água, saneamento e resíduos sólidos para todos os consumidores domésticos, bem como a isenção das tarifas fixas de água, águas residuais e resíduos sólidos durante um determinado período de tempo.

Metodologia

O estudo analisa os tarifários da água em vigor a 31 de dezembro de 2020 nos 308 municípios portugueses e tem por base os seguintes pressupostos:

1. O consumo diário *per capita* foi estabelecido em 120 litros de água/dia - $3,6 \text{ m}^3/\text{mês}^*$;
2. Foram consideradas as componentes: variável e fixa, do tarifário de abastecimento de água para consumo doméstico;
3. Foram apenas considerados os Tarifários familiares de aplicação universal
4. A análise baseou-se nos preços sem IVA incluído

*Esta média mensal corresponde aos padrões internacionais ([Code for Sustainable Homes](#)).

A análise da equidade do acesso à água foi avaliada calculando o custo real da água (fator fixo e fator variável) para um consumo mensal de $3,6 \text{ m}^3$ (120 litros/dia) por pessoa e para dez dimensões familiares diferentes (de 1 a 10 pessoas).

Estudo Comparativo dos Tarifários de Abastecimento de Água de Portugal

A água é um bem essencial à Vida e o acesso a ela, quando não é livre, deve ser enquadrado de forma justa. É neste contexto que a Associação Portuguesa de Famílias Numerosas (APFN) tem vindo a estudar o problema da falta de equidade nos tarifários de abastecimento de água em Portugal que, ainda hoje, obrigam a que a maioria das famílias portuguesas pague mais por cada litro de água à medida que vai tendo filhos.

Uma iniciativa:

6º ESTUDO COMPARATIVO DOS TARIFÁRIOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE PORTUGAL

O objetivo da APFN tem sido, por isso, sensibilizar a população portuguesa e os órgãos governativos – quer locais, quer nacionais – para a penalização a que as famílias, e principalmente as numerosas, têm vindo a ser sujeitas devido a estruturas tarifárias que não têm em conta a dimensão do agregado familiar.

Fundação Millennium bcp

A Fundação Millennium bcp assume-se como agente de criação de valor na sociedade, nas diversas áreas da sua intervenção, assumindo um claro compromisso de apoio ao desenvolvimento das comunidades em que se insere.

Nesse sentido, procura apoiar várias iniciativas que alinhem com os valores do Millennium bcp e simultaneamente satisfaçam algumas das principais necessidades identificadas nestas três áreas de atuação - Cultura, Conhecimento e Solidariedade Social – em Portugal e noutros países onde o Millennium bcp desenvolve a sua atividade.

Para mais informações contacte:

APFN - Associação Portuguesa de Famílias Numerosas

Rute Chenrim | Assessoria de Comunicação

217 552 603 | 911 815 176 - apfn@apfn.com.pt |

ⁱ Tal como nas edições anteriores, em 2020 os municípios Laje das Flores e Santa Cruz das Flores surgem no topo do 'Ranking da Água' e do 'Ranking da Água: Discriminações familiares'. Estes dois municípios são uma exceção por não se enquadrarem no modelo de análise do estudo, dada a especificidade dos tarifários. Foram colocados no primeiro lugar, por serem os tarifários mais baratos do país e porque não apresentam discriminações relativamente à dimensão do agregado familiar.

Uma iniciativa: